

GOVERNOS DE GETÚLIO VARGAS: POPULISMO E DITADURA

Gabriel de Oliveira Fraga Silveira (PIBIC FA/UEM), Solange Montanher Rosolen
(Orientador). E-mail: smrosolen.uem.br

Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Maringá,
PR.

Direito, Teoria do Direito, Teoria do Estado.

Palavras-chave: Ciência Política; Democracia; Autoritarismo.

RESUMO

A presente pesquisa tem como objeto de análise os governos de Getúlio Vargas, sendo eles o Governo Provisório (1930-1934), o Governo Constitucional (1934-1937) e o Estado Novo (1937-1945). A pesquisa apresenta como objetivo estudar estes governos, suas estratégias populistas de aproximação com a população, as medidas repressivas e autoritárias utilizadas, e classificar o regime político. A metodologia utilizada para esta pesquisa será o método hipotético-dedutivo, com auxílio do método histórico, com o estudo dos conceitos gerais de democracia e ditadura, relacionando-os aos casos específicos dos governos de Getúlio Vargas. Como resultados, foi possível determinar os conceitos de democracia e ditadura modernas. Com os dados obtidos foi possível classificar o regime político de cada um dos três períodos analisados.

INTRODUÇÃO

Getúlio Vargas foi figura política central no Brasil do século XX. Além de deputado e senador, foi o presidente que mais tempo exerceu o cargo, de 1930 a 1945 e de 1951 a 1954 (D'Araujo, 2017, p. 9). Sua imagem é controversa: “pai dos pobres” e ditador. Seus primeiros governos foram marcados por avanços sociais e violações de direitos. Uma análise factual de suas medidas permite compreender tais contradições. São objeto deste estudo os governos de 1930 a 1945, com foco nas medidas autoritárias e no tratamento aos grupos minoritários.

Os objetivos específicos são: 1) Estudar os conceitos de democracia e ditadura; 2) Examinar os Governos Provisório e Constitucional e suas estratégias populares; 3) Analisar o Estado Novo e sua escalada autoritária; 4) Investigar o tratamento aos grupos minoritários; 5) Classificar os regimes entre 1930 e 1945.

REVISÃO DE LITERATURA

O método utilizado foi hipotético-dedutivo, com auxílio do método histórico, pois se partiu dos conceitos gerais de democracia e ditadura, com o auxílio de obras como “Estado, Governo e Sociedade” de Norberto Bobbio (2007) e “Origens do Totalitarismo” de Hannah Arendt (2013), para então relacioná-los aos casos específicos dos governos de Getúlio Vargas. A pesquisa tem caráter teórico-empírico, pois parte da teoria para analisar os casos concretos. Os fatos históricos foram estudados por meio de obras como “Getúlio Vargas, Ensaio Biográfico e Organização” de Maria Celina D’Araujo (2017) e “História do Brasil”, de Boris Fausto (2006). Foram estudados artigos que tratam especificamente das perseguições a grupos políticos e étnicos durante os governos varguistas, como “O Racismo na História do Brasil: Mito e Realidade” de Maria Luiza Tucci Carneiro (1998).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Primeiramente, foi possível definir os conceitos de ditadura e democracia, com o auxílio da obra “Estado, Governo e Sociedade” de Norberto Bobbio (2007). A democracia dos modernos, pluralista, representativa e indireta, trouxe o sufrágio universal, além da formação e reconhecimento de partidos de massa. O indivíduo passou a ser considerado na multiplicidade de seus status. Além disso, a democracia formal é caracterizada pela igualdade jurídica, e a substancial pela igualdade social e econômica. A ditadura moderna recebe seu poder de uma auto investidura, ou de uma investidura simbolicamente popular, buscando se legitimar e assumir o poder legislativo, e inclusive, constituinte. Em seu conceito contemporâneo, a ditadura abrange mais ou menos todos os modos não democráticos de exercício do poder (Bobbio, 2007).

A leitura da obra “Origens do Totalitarismo” de Hannah Arendt (2013) permitiu compreender formas de dominação das massas e ascensão destes regimes, que podem ser comparados com várias ações de Vargas, caracterizando no mínimo um grande afastamento da democracia. Para ela, o colapso do sistema partidário e de classes desorganiza as massas neutras de forma a deixarem de apoiar silenciosamente os partidos políticos e passarem a simpatizar com o regime autoritário.

Além destes conceitos teóricos, a pesquisa procurou compreender a trajetória política de Vargas de 1930 a 1945. Seu Governo Provisório durou de 1930 a 1934, após a Revolução de 30, quando Washington Luís renunciou, e a junta militar que assumiu o poder do país nomeou Getúlio como Chefe do Governo Provisório da República (D’Araujo, 2017). Logo no início deste governo, Vargas assinou o Decreto n. 19.398, e o utilizou por este período como amparo para suas decisões. Desta forma, assumiu plenos poderes, dissolveu o Congresso Nacional, e os legislativos estaduais e municipais, assumindo não só o Poder Executivo, como o Legislativo (Fausto, 2006). Getúlio também criou o Ministério da Educação e Saúde Pública, Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, decretou a Lei de Sindicalização, a Lei dos 2/3, além de ter aproveitado o período para que fossem escritos o Novo Código Eleitoral e o Anteprojeto de Constituição (D’Araujo, 2017).

O Governo Constitucional de Vargas iniciou após a eleição indireta para Presidente da República, em 1934. Neste governo, passou a reprimir a Ação Integralista Brasileira (AIB), com inspirações fascistas, e a Ação Nacional Libertadora (ANL), apoiada pelo Partido Comunista. No entanto, Vargas reprimiu a ANL de maneira que não reprimiu a AIB. Esse foi o período em que se efetivou o voto secreto, houve o acréscimo do voto feminino, e muitos direitos sociais foram consagrados pela Constituição. A área trabalhista foi agraciada com medidas como a criação de institutos de aposentadoria e pensões, além da procura por adequar a organização sindical à Constituição, a fim de conceder maior autonomia aos sindicatos (D'Araujo, 2017).

Ocorre que após uma tentativa de golpe militar em novembro de 1935 por parte do Partido Comunista Brasileiro por conta da repressão e prisões que estavam sofrendo, Vargas encontrou uma abertura para uma escalada autoritária. O governo pediu a decretação do estado de sítio por sessenta dias, o que foi prorrogado até junho de 1937. Enquanto isso, vários órgãos foram criados especificamente para a repressão, como a Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo, e o Tribunal de Segurança Nacional (Fausto, 2006).

Antes das eleições presidenciais, em 10 de novembro de 1937, Vargas, com o auxílio dos militares, deu um golpe de Estado, fechou o Congresso, cancelou as eleições, outorgou uma nova Constituição e deu início ao Estado Novo (D'Araujo, 2017). O argumento de legitimidade para o golpe foi o “Plano Cohen”, uma obra de ficção que Vargas disseminou como se verdadeira, fazendo parecer que o país estava em perigo de uma insurreição comunista (Fausto, 2006).

O presidente governou por meio de decretos-lei e assumiu amplos poderes. A Constituição de 1937 declarou o estado de emergência, com a suspensão das liberdades civis, e não foi revogado por Vargas até ser deposto. Em dezembro de 1937, por meio do Decreto Lei nº 37, Art. 1º, todos os partidos políticos foram dissolvidos.

Durante esse período, Vargas criou o Departamento de Imprensa e Propaganda, para censurar os meios de comunicação e elaborar sua própria versão da fase histórica que o país vivia, e também torturou, perseguiu, e forçou o exílio de intelectuais e políticos (Fausto, 2006). Em 29 de outubro de 1945, Getúlio foi deposto devido a suspeitas de intenções de se manter no poder mesmo com as eleições que havia convocado para aquele ano (D'Araujo, 2016).

Vargas tinha um “projeto de nacionalização” para o Brasil, no qual era dada preferência a imigrantes dispostos a abandonar sua cultura e se assimilar com a brasileira. Nesse contexto, negros, asiáticos, e judeus eram vistos como não interessantes e perigosos pelo governo. O Ministério das Relações Exteriores emitiu Circulares Secretas proibindo o visto no passaporte de Judeus, e a concessão de vistos temporários e permanentes a israelitas e seus descendentes (Carneiro, 1998).

CONCLUSÕES

O Governo Provisório não possui elementos suficientes para ser considerado uma ditadura. Apesar de ter tido acúmulo de poderes, foi um governo temporâneo com

busca pela democracia formal e substancial, com a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte com evidente participação popular.

Já o Governo Constitucional categorizou-se como democracia, pois tinha mais elementos da democracia formal e substancial, além de ter perdurado com a Constituição aprovada no governo anterior, e o Presidente ter sido eleito, mesmo que indiretamente.

Por sua vez, o Estado Novo configurou-se de forma muito similar na descrição da ditadura (Bobbio, 2007). O Presidente se manteve por meio de um golpe de Estado, tinha amplos poderes por meio de uma Constituição outorgada, o legislativo inexistia, liberdades civis foram suspensas, pessoas foram censuradas, perseguidas e torturadas. Além disso, são perceptíveis estratégias comuns com os regimes totalitários descritos por Arendt (2013), como o uso da mentira para a sua legitimação (Plano Cohen), e o enfraquecimento da divisão partidária.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer à Fundação Araucária e Universidade Estadual de Maringá pelo financiamento desta iniciação científica, mecanismo de estímulo à pesquisa essencial para o desenvolvimento desta área. Agradeço muito também à minha orientadora Dra. Solange Montanher Rosolen, que abraçou minha ideia de pesquisa e incentivou este projeto desde o início.

REFERÊNCIAS

ARENDR, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2013

BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo e Sociedade**: Para uma teoria geral da política. 14ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **O Racismo na História do Brasil**: Mito e Realidade. 7ª Edição. São Paulo: Ática, 1998.

D'ARAUJO, Maria Celina. **Getúlio Vargas, Ensaio Biográfico e Organização**. 2ª Edição. Brasília: Centro de Documentação e Informação Edições Câmara, 2017.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2006. p. 331-382.